

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2007**-----

-----Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha.-----

-----Faltaram justificadamente os Srs. Vereadores Maria Joana Silvestre, José Carlos da Silva e Pedro Pisco dos Santos, que se fará substituir.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou qual a desculpa do Sr. Vereador Pedro Ribeiro para faltar à passada reunião de Câmara, porque a meia hora de reunião a que esteve presente não pode ser considerada uma presença e os restantes Vereadores merecem uma justificação.-----

-----O autarca visado respondeu que teve um exame a que não podia faltar e que julgou que ia demorar menos tempo.-----

-----Disse a mesma Vereadora que veio a reunião de Câmara a aprovação de um empréstimo, contra o qual votou por considerar que faria ultrapassar o limite de endividamento, destinado a obras de saneamento no Centro Histórico. Posteriormente veio o Caderno de Encargos dessa obra e não reparou se constava a designação das ruas a intervencionar. Perante as obras no terreno constata que o local é de sensibilidade arqueológica acima do normal, as ruas que estão a ser abertas à volta do Mercado, são ruas onde um historiador localiza o assento do Paço

Real de Almeirim. Não há vestígios visíveis mas a Carta Arqueológica do PDM demarca a zona, o que implica obrigações para a Câmara, legais e morais, no sentido de se ver se ali existem vestígios de implantação desse Paço, o que é reiterado por intervenções do Arqº Elias Cachado Rodrigues, pelo que lhe parece que as obras não podem continuar a avançar sem o acompanhamento da situação por um arqueólogo. Segundo o General Guerra, haveriam dois túneis ligados ao Paço, dignos de pesquisa. Propõe, por isso, que as obras não avancem mais e que sejam vistos os trâmites legais a fim de que a obra seja uma oportunidade de avaliar o que em termos arqueológicos possa existir.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que já foram efectuadas escavações junto à cerca do Hospital, considerada pelos técnicos como a zona de influência do Paço Real, que provaram não haver vestígios arqueológicos que justificassem qualquer tipo de intervenção da parte da Câmara. A empreitada em curso decorre com a indicação de que deve ser prestado um cuidado acrescido quanto a qualquer vestígio que venha a ser encontrado e vota a favor disso. Quanto à paragem da obra, está manifestamente contra, pelo custo acrescido que comporta, pelo incómodo aos residentes e utentes do Mercado e porque isso serviria de argumento para futuros comentários de que as obras municipais se estendem no tempo, com encargos acrescidos para o município. E apresentou a escrutínio esta proposta, em alternativa à da Srª Vereadora.-----

-----A mesma autarca disse que a sua proposta é que se cumpra a lei, não foi a própria que aprovou o PDM, que ainda não exercia funções. A lei obriga a acompanhamento arqueológico. Quando diz que a obra deve parar é para dar cumprimento às questões legais.-----

-----Submetidas a votação as duas propostas, votaram contra a paragem das obras o Sr. Presidente, O Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vereador Francisco Maurício. Votou a favor da interrupção das obras a Srª Vereadora Manuela Cunha.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício sublinhou que as obras

devem prosseguir e se no seu decurso for encontrado qualquer objecto, será evidente que serão interrompidas para trabalhos arqueológicos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha acrescentou propor que as obras não avancem nos próximos dias, até que os técnicos definam os procedimentos a respeitar.-----

-----Disse a mesma Vereadora ter chegado ao seu conhecimento uma informação enviada pela DREL, porque a população quando tem problemas graves costuma dirigir-se-lhe, no sentido de se efectuar a suspensão da actividade da Escola Básica de Marianos, já no próximo ano lectivo. E, dirigindo-se ao Sr. Presidente, acrescentou que esta informação ao Conselho Directivo da Escola não deixa dúvidas, tenta enrolar a questão, mas invoca que a medida é tomada no quadro das relações com a Câmara.-----

-----O Sr. Presidente lamentou que a população de Almeirim se tenha dirigido à Sr^a Vereadora Manuela Cunha e não o tenha feito directamente ao Presidente da Câmara, que tinha dito publicamente e em reunião de Câmara que a escola de Marianos se mantinha em funcionamento no ano lectivo de dois mil e sete/dois mil e oito, e não é prática do Presidente da Câmara mentir à população. A justificar as suas afirmações leu o fax da DREL, do teor que segue:-----

-----«Requalificação da Rede do Primeiro Ciclo - Em aditamento à nossa telecópia número mil novecentos e catorze, datada de dez de Abril de dois mil e sete, e no âmbito do processo de requalificação da rede do Primeiro Ciclo do ensino básico, cumpre-nos informar que no que se refere à suspensão de funcionamento, a partir do ano lectivo de dois mil e sete - oito da Escola Básica de Primeiro Ciclo de Marianos, foi concedida autorização provisória de funcionamento da mesma até à conclusão do novo centro escolar.»-----

-----E acrescentou o Sr. Presidente, se a Sr^a Vereadora Manuela Cunha, em vez de ter mandado comunicados à comunicação social, tem refilado comigo e me chamado mentiroso, como é hábito, eu já tinha mais tempo para me preocupar com este caso, e assim só tive oito horas.-----

-----A Sr^a Vereadora disse que mandou um comunicado à imprensa e voltaria a fazê-lo, porque o documento que tem em mão é claro, o último capítulo torna claro que suspende as vagas dos professores da Escola de Marianos já no próximo ano lectivo, informação que foi posteriormente transmitida aos professores. O fax está assinado por alguém com responsabilidades na DREL, o Director Regional Adjunto, Rui Correia. Para além disso, a ambiguidade da proposta do Sr. Presidente na reunião anterior, que permitiria o futuro encerramento da escola, levou-a a ter toda a legitimidade para tomar a atitude que tomou e considerar que, graças a essa atitude, o Sr. Presidente tomou a atitude certa.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício perguntou o que se passa com a Encherim, se há alguma divergência com a cooperativa, atendendo à remoção da sua identificação da fachada do edifício.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que não há qualquer divergência, as letras que lá estavam constavam do Caderno de Encargos da empreitada. No entanto, no edifício e enquanto não estiver entregue à entidade exploradora, deve constar o nome do proprietário. Quanto à forma de entrega da exploração daquele património, o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disponibilizou-se para dar contributos e vai-lhe ser enviado o estudo. Existe um atraso em obra, originado pelo facto da empresa Carvalho & Rainha, adjudicatária da construção do posto de transformação, não ter conseguido cumprir os trabalhos, dentro do prazo.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que o material disponível é para todos os Vereadores, não é exclusivo de alguns.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que recebeu uma ordem de serviço para ser ouvido em interrogatório da Polícia Judiciária, em processo de investigação a solicitação da Câmara e perguntou a que se refere.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que foi pedida a investigação à divulgação de documentos num periódico regional que se

encontravam na posse dos Vereadores intervenientes no concurso de chefe de Secção. E congratulou-se pela diligência efectuada e intervenção rápida da PJ sobre esta matéria.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício perguntou ao Sr. Presidente qual a sua posição sobre as Águas do Ribatejo, que o executivo deve debater.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que, com a saída da Câmara Municipal de Santarém do projecto, o estudo de viabilidade económica teve de ser reformulado, para funcionamento a oito municípios. Depois saiu o Cartaxo e houve que refazer o estudo, para sete municípios. O Estudo de Viabilidade Económica foi apreciado na generalidade pelos sete Presidentes de Câmara e vai ser discutido na especialidade, a fim de ser enviado aos sete executivos e Assembleias Municipais. A filosofia subjacente do projecto é que é cada vez mais urgente avançar com a constituição da empresa, a fim de aproveitar os fundos de coesão. Sendo assim, a fórmula mais eficaz é a de uma empresa intermunicipal. Esta opção, em algumas Câmaras, vai trazer graves problemas de funcionamento. Existe a possibilidade de mais tarde alienar quarenta e nove por cento do capital mas, neste momento, os sete municípios estão decididos a avançar para a empresa intermunicipal.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que a constituição de uma empresa intermunicipal não é uma boa notícia para si.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que é a mais rápida, atendendo à comparticipação dos fundos de coesão.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que, em primeiro lugar, supõe que o Sr. Presidente vai pagar do seu bolso o novo estudo que mandou fazer, ou que será custeado pela Comunidade Urbana, visto que esta Câmara não deliberou, por não ter sido informada até agora, encomendar novo estudo sobre esta matéria. Em segundo lugar, o processo das Águas do Ribatejo e o seu fim tinham sido previstos desde o início pela CDU: a sua não viabilidade, pelo facto da proposta encontrada não ser uma boa solução e estar sustentada num estudo muito pouco sério e criterioso. Por isso, esperamos que o futuro traga melhores leitões para as águas deste

Concelho do que aquele que até agora tinha sido escavado.-----

-----Às quinze horas e quarenta e oito minutos entrou o Sr. Vereador Victor Pedro.-----

-----O Sr. Presidente referiu que à observação da Sr^a Vereadora de que o Presidente deve pagar o estudo do seu bolso, responde que o estudo foi encomendado pela CULT, com o voto unânime dos Srs. Presidentes das Câmaras que a constituem, portanto, o seu custo vai ter de ser dividido pelos sete Presidentes. Acrescentou ainda que o estudo assenta nos mesmos pressupostos que os anteriores, a nove e a oito municípios, apenas actualizado para a nova composição da empresa, a sete municípios. Disse ainda que se atreve mesmo a sugerir que a Sr^a Vereadora Manuela Cunha, antes de tratar este assunto connosco, se informe junto do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, de seriedade indiscutível.-----

-----O Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro salientou que está expectante pela aprovação deste novo modelo por parte da Sr^a Vereadora Manuela Cunha e frisou que apreciar particularmente o modelo intermunicipal, uma vez que permite o aproveitamento imediato dos fundos de coesão. É bom dizer também que, da primeira vez que este assunto foi debatido, a opção pelo modelo com associação de um privado era a única possível, atendendo às restrições que estavam a ser impostas na altura. Não tem dúvida que qualquer um destes modelos é melhor que o programa Águas do Ribatejo.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha acrescentou que lamenta ainda todo o tempo perdido e energia gasta neste processo.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro aduziu que concorda com este lamento, uma vez que foi a associação do PSD e da CDU na Câmara de Santarém que conduziu à inviabilização do primeiro modelo.---

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário propôs a retirada da Ordem de Trabalhos dos pontos: Protocolo com as adegas cooperativas, Prestação de Contas da ALDESC e Processo Disciplinar. O executivo concordou.-----

-----A respeito do Protocolo a celebrar com as três adegas cooperativas a Sr^a Vereadora Manuela Cunha solicitou que fosse carreada ao processo a seguinte informação: número de sócios da Adega da Gouxia residentes no Concelho de Almeirim e volume de uva entregue pelos produtores deste Concelho.-----

-----No tocante à Prestação de contas da ALDESC o Sr. Vereador Francisco Maurício perguntou o motivo da discrepância de vinte mil euros nos subsídios concedidos pela Câmara e recebidos pela empresa. Após pedido de informação aos serviços, concluiu-se que se trata de uma verba saída no final do ano económico e recebida no princípio do ano seguinte.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse querer referir em Acta que discorda da proposta do Sr. Vereador Francisco Maurício, da retirada da apreciação da prestação de contas da ALDESC, pelas seguintes razões: Hoje era o último dia para aprovação das Contas da empresa, previsto na lei. Quanto aos dados incorrectos nas Contas, eles são muitos, não é o único. Quanto ao facto de dizerem que não havia quórum por dois autarcas pertencerem ao Conselho de Administração e não poderem participar na votação, apraz-lhe constatar que até que enfim recebeu o parecer pedido por si, relativo à participação nestas votações dos membros da Câmara que também são membros da ALDESC. O Parecer de que dispunha, e relembra que os Pareceres da Procuradoria-Geral da República, quando solicitados pelo Governo, são vinculativos, estabelece que estes membros do executivo não podem participar nas deliberações e conclui que, ao longo dos anos, a própria Vereadora tinha razão e todas as deliberações da Câmara sobre a empresa são nulas.-----

-----Quanto ao processo disciplinar, a Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou se não há prazo a cumprir para a decisão final.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento de projectos de

arquitectura respeitantes aos processos de obras a seguir referenciados, proferidos ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Francisco Loureiro Simões - duzentos e quarenta e quatro de dois mil e dois; Avelino Manuel Tomé Silva - duzentos e sessenta e oito de dois mil e seis; António Rebola - vinte e um; e José João Pombas Caniço - cinquenta e nove, ambos de dois mil e sete.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais respeitantes aos processos de obras abaixo identificados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Manuel Francisco Conceição Sampaio - cento e oitenta e dois A de dois mil e cinco; Diamantino Rodrigues Caniço Bento - quarenta e quatro A; e Nuno Manuel Casimiro Gabirra - cento e sessenta e oito, ambos de dois mil e seis.-----

-----3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - Foram presentes os requerimentos dos superficiários de fracções autónomas construídas pela COOPEAL, que pretendem proceder à sua venda, a seguir designados:-----

-----Álvaro Coutinho Baptista Carolino, relativamente ao primeiro andar direito do prédio número onze da Praceta da COOPEAL; e Nuno Miguel Barbosa Fidalgo, respeitante ao terceiro andar direito do bloco dezasseis da Praceta Vinha do Santíssimo, ambos em Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou não usar o direito de preferência.-----

-----LOTEAMENTO DA RAPOSA - Foi novamente presente o requerimento de Lúcia Maria Carapinha Bastos de Oliveira solicitando autorização para vender a habitação que construiu no lote cento e dezoito da Quinta de Santo António, na Raposa, com a informação complementar de que a alienação é motivada por

partilhas de divórcio.-----
-----O executivo deliberou, por maioria, autorizar a venda, com a abstenção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----
-----Esta autarca justificou a sua posição, nos seguintes termos: «Abstenho-me por não me terem sido distribuídos os documentos e não ter na minha posse dados suficientes para avaliar em consciência o assunto. Não estou em condições de avaliar se o pedido da Sr^a interfere ou não com questões legais.»-----

-----OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA - Foi lido o requerimento de Abílio Augusto Loureiro apelando para que lhe seja prorrogado por mais seis meses o prazo para encerramento do posto de abastecimento de combustíveis instalado no Largo Manuel Rodrigues Pisco, em Almeirim, atendendo aos encargos financeiros assumidos.-----
-----A Câmara deliberou conceder o prazo último de noventa dias para encerramento das instalações.-----

-----BAIRRO SOCIAL DO PUPO - Foi presente o requerimento de Rosa Maria Eusébio Cardoso comunicando o seu interesse na aquisição e solicitando informação do preço de venda da moradia de que é arrendatária, na Rua Fernão Lopes, número nove, direito, em Almeirim.-----

-----Tem informação do Arq^o Sampaio de que, nos termos da legislação aplicável, o valor da referida moradia é de dezoito mil trezentos e cinquenta e cinco euros.-----

-----O executivo deliberou vender a moradia à interessada pelo preço atrás referido.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros, ao serviço das seguintes entidades:-
-----Escola Moinho de Vento - sessenta e cinco euros e oitenta e seis cêntimos; Escola dos Cortiços - cento e seis euros e setenta e sete cêntimos; Escolas de Cortiços e Benfica - cento

e sete euros e oitenta e quatro cêntimos; Escola P três - oitenta e seis euros e quarenta e cinco cêntimos; Escolas de Cortiçóis e P três - cinquenta euros e cinquenta cêntimos; Escolas Moinho de Vento e P três - cinquenta e um euros e quarenta e dois cêntimos; Escolas de Fazendas e Paço dos Negros - cento e oitenta e dois euros e sessenta e dois cêntimos; União Futebol Clube de Almeirim - duzentos e trinta euros e oitenta e três cêntimos; União de Veteranos de Almeirim - cento e dezanove euros e doze cêntimos; Associação desportiva de Paço dos Negros - cento e dezanove euros e quatro cêntimos; Associação de Atletismo de Santarém - duzentos e oitenta e seis euros e quarenta e seis cêntimos; Associação Desportiva Fazendense - cento e setenta e três euros e trinta e oito cêntimos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - mil trezentos e cinquenta e cinco euros e oito cêntimos; Hóquei Clube Os Tigres - trezentos e sessenta euros e noventa e oito cêntimos; Associação de Marianos e Murta - trezentos e cinquenta e dois euros e sessenta e seis cêntimos; Junta de Freguesia de Almeirim - duzentos e noventa e três euros e três cêntimos; Governo Civil de Santarém - cento e quarenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos; Centro Paroquial do Bem Estar Social - quatrocentos e sete euros e sessenta e oito cêntimos; CRIAL - cento e setenta e oito euros e quarenta e três cêntimos; Escuteiros de Fazendas de Almeirim - cento e oitenta e quatro euros e quarenta e sete cêntimos; Orfeão de Almeirim - cento e oitenta e dois euros e setenta e nove cêntimos; e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do município - três mil quinhentos e noventa e quatro euros e sessenta e nove cêntimos.-----

-----HORÁRIO DE ESTABELECIMENTOS - O executivo tomou conhecimento das comunicações das farmácias Central, Barreto do Carmo e Mendonça, de Almeirim, informando dos horários em vigor naqueles estabelecimentos.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a

Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências:-----
-----Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Paço dos
Negros, para a final do campeonato distrital de futebol do
INATEL - quatrocentos euros; Associação de Apoio às Famílias de
Fazendas de Almeirim, para pintura do Centro de Dia - cem euros;
e União de Veteranos de Almeirim, para formação de um treinador
de futsal - duzentos euros, com a obrigação do mesmo se manter
ao serviço do clube durante dois anos.-----

-----OFERTA DE TAÇA - A pedido do Núcleo de Pesca dos
Trabalhadores da Câmara Municipal da Golegã, o executivo
deliberou oferecer uma taça, com destino ao seu convívio de
pesca desportiva.-----

-----CNEMA - A Câmara tomou conhecimento da comunicação do CNEMA
- Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, SA,
informando das suas actividades programadas.-----

-----Mais deliberou autorizar a mesma entidade a publicitar nos
outdoors instalados neste Concelho o cartaz alusivo à Feira
Nacional da Agricultura, a seu pedido.-----

-----REFEITÓRIO MUNICIPAL - A pedido do Orfeão de Almeirim, a
Câmara deliberou oferecer um jantar no Refeitório Municipal aos
participantes no Concerto de Primavera, que terá lugar a doze de
Maio.-----

-----Foi ainda presente o fax de Ana Costa, solicitando a oferta
de um almoço e um jantar, no próximo dia dez de Maio, a um grupo
de sessenta peregrinos que se dirigem ao Santuário de Fátima.---

-----A Câmara deliberou oferecer o almoço.-----

-----DOENÇA DE FUNCIONÁRIO - Na sequência da deliberação de
trinta de Outubro de dois mil e seis que assumiu as despesas
resultantes de doença súbita do funcionário Firmino de Sousa
Amaro em Bruxelas, onde se deslocou com um grupo em
representação do Concelho, a Câmara deliberou pagar a Cliniques
Universitaires de Saint-Luc, naquela cidade, a importância de

três mil seiscentos e quarenta e um euros e quarenta e nove
cêntimos, respeitante à prestação de cuidados de saúde.-----

-----AGRADECIMENTO - O executivo tomou conhecimento da carta de
Akidijan de Sousa, de S. Tomé e Príncipe, agradecendo o apoio
concedido pelo município.-----

-----REFEITÓRIO ESCOLAR DE BENFICA - O Sr. Presidente comunicou
que, nas escolas básicas de Benfica do Ribatejo, os pais
entraram em conflito com a empresa que confeccionava as
refeições, em relação à qual decorre um processo de contra-
ordenação, e assumiram a responsabilidade pela alimentação dos
alunos. As refeições passaram a ser fornecidas pela cantina da
escola, que é gerida por um grupo de pais e que não representa a
Associação de Pais. O Agrupamento de Escolas e a Câmara não
assumiram a gestão partilhada do refeitório com o grupo de pais,
porque as refeições deviam continuar a ser fornecidas pela
Uniself, até à sua substituição pela empresa que vencer o
concurso a decorrer. Mas a situação de facto existe e neste
momento o problema é financeiro, porquanto a Câmara deve
transferir regularmente os valores que são de sua
responsabilidade e o mencionado grupo de pais não tem
personalidade jurídica, pelo que solicitou que os pagamentos não
fossem efectuados por meio de cheque, antes, fosse assumido o
valor das facturas, a pagar directamente aos fornecedores. De
imediato, a importância a transferir é de trezentos e setenta e
um euros e cinquenta e seis cêntimos, valor que foi pago pelos
pais de Benfica e entrou nos cofres da autarquia, a que acresce
a transferência mensal correspondente à responsabilidade pelas
refeições dos alunos carenciados. É o que deixa à consideração
do executivo.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse não ver ilegalidade
alguma na proposta, com a precaução de que a situação será
resolvida a breve trecho.-----

-----Atendendo a que as cantinas escolares devem manter-se em
funcionamento, a Câmara deliberou proceder ao pagamento das

facturas de fornecedores correspondentes aos bens a adquirir para o funcionamento do refeitório escolar, até ao final do ano lectivo.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse ainda que gostaria de saber por que razão foi encerrada a cantina de Marianos e onde vão agora comer as crianças.-----

-----ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS PORTUGUESES DO VINHO - A convite do Município do Cartaxo, a Câmara deliberou aderir à Associação de Municípios Portugueses do Vinho - AMPV.-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES DIVERSIFICADAS - Com a presença do Arq^o Artur Sampaio, o executivo encetou a análise da definição da Zona de Actividades Diversificadas de Almeirim.-----

-----O técnico referiu que, de acordo com o PDM, a área de cerca de duzentos hectares definida na planta apresentada, deverá destinar-se a Actividades Diversificadas, que englobam serviços não poluentes como hipermercados, comércio grossista, terminais, motel e outros equipamentos de grande dimensão. Tem uma localização preferencial, na confluência das vias estruturantes do Concelho e encontra-se excluída da RAN e da REN. Compete ao executivo definir os objectivo para a Zona e mandar elaborar Plano de Pormenor ou loteamento.-----

-----Na planta, que situa a Zona entre a Rua de Coruche e a Estrada do Marquês, são destacadas duas manchas, uma que representa a parcela de grande propriedade, da Sociedade Agrícola da Alorna, e outra de pequena propriedade, de um grande número de proprietários. Será limítrofe com esta, a futura Zona Industrial de Fazendas de Almeirim.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou o que se pretende com esta apreciação, e o Sr. Presidente respondeu que há que definir a estrutura a observar para o local, o que pretende o executivo fazer neste espaço, atendendo ao elevado número de proprietários.-----

-----O Sr. Arq^o Sampaio voltou a especificar que, perante a proposta do PDM, tem de ser o executivo, entidade competente, a

programar as coordenadas objectivas, se pretende dar andamento ao processo, e se o fará através de Plano de Pormenor ou loteamento. Há que saber se a Câmara entende que esses duzentos hectares, no sítio mais acessível do Concelho, podem ser o seu motor, em termos económicos. Existe o problema da pequena propriedade numa faixa substancial do terreno e no esforço de congregação de vontades que possa representar, ou se será mesmo inviável, perante a dispersão de vontades dos proprietários. Perante todos estes factores, a Câmara tem de definir se quer implementar a Zona de Actividades Diversificadas, definir a sua área, se engloba ou não a de pequena propriedade, e definir o instrumento urbanístico para a realização.-----

-----O Sr. Presidente considerou que só seria viável a integração da área de pequena propriedade se comprasse ou expropriasse as inúmeras parcelas de terreno que a compõem. Para além disso já existe uma infinidade de construções e, neste momento, há o caso concreto de um particular que quer fazer aí um pavilhão.-----

-----O Sr. Arqº precisou que uma Zona de Actividades Diversificadas tem de aparecer articulada enquanto infraestrutura e não pode misturar-se com habitação. Para além disso, não pode haver desenvolvimento da área sem haver um plano integral da zona. E para isso há que definir objectivos, sequenciados dos estudos para efectivação das definições apontadas.-----

-----O Sr. Presidente alvitrou, para ficar à consideração da Câmara, a possibilidade de permitir a construção urbana de uma faixa com cinquenta metros de profundidade, ao longo da Estrada do Marquês.-----

-----REGULAMENTO DO CONCURSO SACA PILHAS - O Sr. Vice-Presidente apresentou a sua proposta de Regulamento do Concurso Saca Pilhas, previamente distribuído a todo o executivo e referiu que falou com a Quercus, houve contactos com a comunicação social, a Rádio Comercial de Almeirim gostava de ser parceira desta iniciativa e ainda não sabe se haverá outros participantes.-----

-----O executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o regulamento do concurso.-----

-----ORDEM DE TRABALHOS - O Sr. Presidente disse que, não estando esgotada a Ordem de Trabalhos, os pontos não discutidos passam a fazer parte da Ordem de Trabalhos da próxima reunião, que se considera desde já entregue aos Srs. Vereadores.-----

-----Às dezoito horas e trinta e cinco minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição